

Neurologia do Hospital de Santo António, desde 1958, e como médico contratado, desde 1 de janeiro de 1961. Entre 1962 e 1970, foi integrado no Instituto de Neurologia do Serviço de Neurologia do Hospital de Santo António, sendo responsável pela prospeção clínica e genética da polineuropatia amiloidótica familiar (PAF). Iniciou o estudo eletromiográfico da doença em 1963. Em março de 1977, renovou contrato com o Hospital de Santo António, passando a desempenhar funções na direção do Serviço de Neurofisiologia Clínica do Departamento de Doenças Neurológicas. Durante o seu mandato parlamentar não fez nenhuma intervenção na Câmara. Viria a ser substituído, por motivos de doença, na sessão n.º 76, a 6 de novembro de 1975, pela deputada Beatriz Almeida Cal Brandão. Registou colaborações várias em revistas médicas especializadas, nomeadamente com os seguintes estudos: *Traumatismos vertebromedulares cervicais* (1965); *Síndrome de Duane bilateral* (1966); *Plineuropatia Amiloidótica Familiar* (1968); *Impressões do tratamento da epilepsia com o Tegretol* (1967); *The genetic aspect of the Familial Amyloidotic Polyneuropathy* (1969).

Natália Pereira

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 77 (7 de novembro de 1975, p. 2518-2519), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975-1976; Manuel de Brito de Figueiredo Canijo, *Curriculum Vitae*, s. l., s. n., 1980. “Amigos de Manuel Canijo” (Ed.); *Textos de Manuel Canijo*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



CARDIA, Mário Sottomayor (1941-2006)

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia nasceu em Matosinhos, a 19 de maio de 1941, numa família da alta burguesia do Norte, filho de Mário Cardia e de Ilda Sottomayor Cardia, tendo falecido em Lisboa, a 17 de novembro de 2006. Apoiante de Humberto Delgado, nas eleições presidenciais de 1958, no Porto, veio para Lisboa frequentar Direito, tendo depois mudado para Filosofia, curso em que se destacou como dirigente estudantil. Militante do PCP desde 1961, trabalhou e chefiou a redação da *Seara Nova*, entre 1963 e 1968. Candidato à Assembleia Nacional em 1965 e 1969, foi preso e torturado pela PIDE em 1970. Saiu do PCP em 1971, por divergências profundas com a direção do partido. Fundador do PS em 1973, depois do 25 de Abril é porta-voz do PS e diretor do jornal *Portugal Socialista*. Deputado à Assembleia Constituinte, em 1975-1976, e à Assembleia da República de 1976 a 1979 e de 1983 a 1991. Ministro da Educação e Investigação Científica (I Governo Constitucional, 1976-1978) e da Educação e Cultura (II Governo Constitucional, 1978), teve uma ação decisiva na transição do período revolucionário para o que designou a “normalização”

do estado da Educação. Deixou o PS em 1997. Desde 1979 foi professor convidado da Universidade Nova, ali se doutorou em Filosofia, em 1992, passando aos quadros da instituição. É autor de vasta obra filosófica e política. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (1991).

Na Assembleia Constituinte, a voz de Sottomayor Cardia foi determinante em vários debates, vividos em tempos de grande dramatismo, durante o “verão quente” de 1975 e nos acontecimentos de novembro daquele ano. Defensor da democracia pluralista, da separação de poderes, da liberdade de expressão, do retorno dos militares aos quartéis, contra os extremismos, contra a instrumentalização do poder e todas as formas de ditadura, as suas intervenções traçam os contornos do país que se construía à medida que avançavam os meses e os trabalhos da Constituinte. Na discussão do Regimento, foi contra a introdução de um artigo proposto pelo MDP/CDE que permitia o afastamento, sem direito a substituição, de qualquer deputado que exercesse atividade «antidemocrática ou atentatória da construção do socialismo», por considerar que o mesmo artigo era incompatível com a construção do socialismo em liberdade, defendido pelo Partido Socialista. Sobre a matéria da competência da Assembleia da República, defende veementemente a separação de poderes: «Se esta Assembleia não tem competência para legislar a matéria de legislação corrente ou ordinária, por maioria de razões não pode ter competência para julgar, julgar é em todos os Estados de direito um atributo inerente aos tribunais, e não às assembleias, sejam constituintes ou legislativas.» Insurge-se com a aprovação de um documento pela assembleia do MFA, no início de julho de 1975, que ignorava a existência do presidente da República e considerava o Conselho da Revolução o órgão máximo da soberania nacional, pretendendo instaurar uma democracia popular. Para Cardia, a intenção era dissolver a Constituinte e tornar esse documento a própria Constituição, o que significaria subverter as regras da democracia e dar cobertura à instauração de uma ditadura. Aquando da apresentação do Documento dos Nove, manifesta a sua indignação com a condenação por parte do Diretório do Conselho da Revolução, acusando o MFA de, na prática, se estar a tornar um “órgão monolítico”, onde desapareceu a liberdade de expressão e de pensamento. Acusa também o governo de Vasco Gonçalves de querer manter-se no poder suprimindo a liberdade de expressão. Perante o agudizar da política gonçalvista, condena a situação, acusando o poder de querer criar um pseudosocialismo e de alienar o povo, mergulhando o país na miséria. E acusa a assembleia do MFA de haver usurpado o poder revolucionário do MFA. Defende a liberdade intelectual, cultural e de educação, manifestando-se contra uma estética, ideologia ou religião oficiais e contra qualquer forma de dirigismo pedagógico. Advoga que cabe ao Estado criar uma rede de ensino público, laico, e a fiscalização do ensino privado, no quadro do qual a Igreja Católica assume um estatuto especial na realidade portuguesa. Receando a queda do governo chefiado por Pinheiro de Azevedo, pela pressão do PCP e de outros partidos da esquerda, que acusa de aventureirismo pseudorrevolucionário, afirma que a “comuna de Lisboa” promove o ódio e está a transformar a Revolução dos Cravos numa insurreição com derramamento de sangue. Quanto à entrega das armas, decretada pelo Conselho da Revolução para evitar a guerra civil no país, diz que os incumpridores devem ser reprimidos e neutralizados os seus dirigentes. No que respeita ao papel do MFA, entende que deve confinar-se à reconstrução

das condições materiais do exercício da autoridade do Estado. Assim, é forçoso que se deva «impermeabilizar às influências partidárias». No seguimento do sequestro do primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo, e de alguns deputados durante a manifestação dos trabalhadores da construção civil, em novembro de 1975, Sottomayor Cardia responsabiliza os comandantes militares da região de Lisboa e defende o afastamento de Otel Saraiva de Carvalho e de Carlos Fabião dos cargos que ocupavam. Afirma também que as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, a serem satisfeitas, destruiriam a economia do país e que tudo indicava que estariam a ser instrumentalizados. Elogia a coragem evidenciada por Pinheiro de Azevedo ao manter-se em funções, garantindo a unidade e a independência nacional e evitando que o poder caísse nas mãos do PCP e da FUR – Frente de Unidade Revolucionária. Após o 25 de Novembro, vem insurgir-se contra a «pressão antidemocrática de partidos fanatizados que tentaram a conquista do poder» e elogiar a ação decisiva do povo e também das autoridades militares que neutralizaram a insurreição, reconquistando o seu prestígio. Para Cardia, «o país mítico do esquerdismo alucinado acabou» e, com o descalabro do esquerdismo, a extrema-direita sofre uma pesada derrota e perde uma oportunidade histórica.

Cristina Rodrigues e João Ricardo

³⁷ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 7, de 18 de junho de 1975, p. 115.

³⁸ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 7, de 18 de junho de 1975, p. 118.

³⁹ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 15, de 11 de julho de 1975, p. 306 a 308.

⁴⁰ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 29, de 9 de agosto de 1975, p. 731.

⁴¹ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 29, de 9 de agosto de 1975, p. 732.

⁴² *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 36, de 23 de agosto de 1975, p. 971 e 972.

⁴³ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 61, de 10 de outubro de 1975, p. 1878 e 1879.

⁴⁴ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 63, de 15 de outubro de 1975, p. 1958 e 1960.

⁴⁵ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 67 de 22 de outubro de 1975, p. 2098 a 2100.

⁴⁶ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 78 de 8 de novembro de 1975, p. 2575.

⁴⁷ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 82 de 19 de novembro de 1975, p. 2703 a 2706.

⁴⁸ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 84 de 21 de novembro de 1975, p. 2778.

⁴⁹ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 89 de 4 de dezembro de 1975, p. 2877.

⁵⁰ *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 89 de 4 de dezembro de 1975, p. 2878.

CARDOSO, António Poppe Lopes (1933-2000)



António Poppe Lopes Cardoso nasceu na cidade da Praia, Cabo Verde, a 27 de março de 1933, filho de Álvaro Eurico Lopes Cardoso e de Maria Júlia Cohen Poppe Lopes Cardoso. Morreu em Lisboa, a 9 de junho de 2000. Licenciado pelo Instituto Superior de Agronomia, em 1958, foi um ativo dirigente associativo durante o curso, tendo sido presidente da primeira Comissão Interassociações de Estudantes de Lisboa